

**PRÁTICAS DISCURSIVAS NO TEMPO/ESPAÇO DE UMA
MEMÓRIA DISCURSIVA HISTÓRICA**
**Discourse Practices in the Time/Space of a Historical
Discursive Memory**

Maria Cristina Hennes SAMPAIO (Universidade
Federal de Pernambuco)

Abstract

This work concerns the way social relations are constructed, reproduced and transformed in institutional discursive contexts during the Educational Strike Movement in Pernambuco (1987-1990). A description of quanti-qualitative data illustrates different enunciation positions in the dialogic relations established in the interlocutional space of institutional discourses of the social actors involved (Government, Media and Syndicate), in relation to the words people, population, and popular, in a spatio-temporal perspective of a historical discursive memory, indicating to what extent discourse practices, being the materialization of class interests, are the privileged locus of production, reproduction and transformation of social relations.

Key-words: *discourse practices; historical memory; people; popular.*

Resumo

O presente trabalho aborda a forma como se constroem, reproduzem e transformam relações sociais, no âmbito de práticas discursivas institucionais, no Movimento Grevista da Educação em Pernambuco (1987-1990). Os dados quantiqualitativos apresentados ilustram as diferentes posições de enunciação nas relações dialógicas que se estabelecem no espaço de interlocução dos discursos dos atores sociais envolvidos (Governo, Mídia e Sindicato), em relação às palavras povo, população, popular(es), em uma perspectiva espaço-temporal de uma memória discursiva histórica, indicando em que medida as práticas discursivas, enquanto materialização de interesses de classe, são o locus privilegiado de produção, reprodução e transformação de relações sociais.

Palavras-chave: *práticas discursivas; memória histórica; povo; popular.*

1. Introdução

Na literatura recente das ciências sociais, são muitos os estudos de pesquisadores que têm como objeto de reflexão a realidade contemporânea do Nordeste brasileiro, na tentativa de configurar um quadro de mudanças das formas de dominação e das modificações das relações de trabalho que expliquem as defasagens econômico-políticas e culturais que, ao longo do tempo, vêm sendo identificadas na região. Tais estudos colocam em discussão os processos pelos quais se constroem e reproduzem relações sociais no âmbito *das práticas de trabalho*, não apenas na sua expressão econômica (força de trabalho, remuneração, reprodução, etc.), mas também através de elementos políticos e ideológicos no âmbito institucional – incluindo-se aí o Estado e as políticas públicas (sindical, salarial, etc.) – e em outras formas de sociabilidade (relações familiares, culturais, etc.) que configuram a organização das formas de sujeição dominantes no mundo do trabalho (Siqueira, Potengy e Cappellin, 1997).

Esse enfoque analítico, centrado no processo de trabalho, enquanto produtor e reproduzidor de relações sociais de produção, significou um avanço teórico nos estudos nesse campo – em relação àquele que se limitava a identificar o mundo da produção como o mundo de relações econômicas –, considerando-se que é na esfera do trabalho que se tecem relações sociais e políticas, se considerarmos que ela é construída pelo efeito mediador de relações sociais de naturezas diversas (Castro e Guimarães, 1997). Entre elas, destacaríamos a linguagem em sua materialidade lingüística e histórica.

Se já existe uma produção de conhecimento razoável sobre como se constroem e reproduzem relações sociais *no âmbito do trabalho*, no campo das ciências sociais, faltam, no entanto, pesquisas lingüísticas que abordem o tema sob a ótica de como se constroem, reproduzem e transformam relações sociais *no âmbito da linguagem*, mais especificamente, das práticas discursivas, entendidas como uma forma de prática social¹. Isso significa que as práticas discursivas são uma forma de

¹ As práticas sociais referem-se às ações humanas (nas esferas política, econômica e cultural) exercidas pelos homens na sociedade. Na concepção marxista de discurso como *praxis*, as práticas discursivas são entendidas como uma *forma de ação social*. No presente estudo, as práticas

ação através da qual as pessoas podem atuar entre si e em relação ao mundo. Com isso queremos dizer que existe uma relação dialética entre discurso e estrutura social, partindo-se do pressuposto de que a linguagem é mediadora de relações sociais entre os homens. Para o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1988: 36), “a palavra é o modo mais puro e sensível da relação social”, ou seja, ela é efeito das estruturas sociais. Além de reconhecer que as formas do signo são condicionadas pela organização social dos indivíduos e também pelas condições em que a interação acontece e que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (Bakhtin, 1988: 36), chama a atenção para o fato de que o signo ideológico pressupõe também o confronto de interesses sociais que se reflete na luta de classes: “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin, 1988: 46).

Nosso objeto situa-se, pois, no âmbito do estudo dos significados de *práticas discursivas* inscritas em discursos institucionais sobre o Movimento Grevista dos Trabalhadores em Educação no estado de Pernambuco, na Nova República, no período de 1987-1990. Trata-se, por conseguinte, das práticas discursivas de três atores sociais: o Governo do Estado de Pernambuco de Miguel Arraes, o Movimento Sindical dos Trabalhadores em Educação e a Mídia.

Estudar o movimento grevista dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco pela ótica da formação de classe significa “problematizar os sindicatos como instituições que expressam, por um lado, um determinado nível de capacitação para a luta de classe e, por outro, como um conjunto de práticas *discursivas*² que delimitam um certo terreno para a constituição e reconstituição de seus interesses” (Castro e Guimarães, 1997: 62).

Uma análise dessa natureza, no entanto, não pode deixar de fazer referência a um duplo movimento teórico, necessariamente articulado e que diz respeito: (1) ao processo de formação de classes como

discursivas são entendidas em um duplo sentido: (1) como uma forma de ação social (o discurso como prática) e (2) no sentido usado por Maingueneau (1996: 67), quando “(...) trata-se de apreender formações discursivas como inseparáveis das comunidades discursivas que a produzem, de seu modo de emergência e difusão (...)”.

² A inserção da palavra grifada é de minha autoria.

movimento de constituição de uma *consciência de classe* e de *transformação das classes* em coletividades organizadas para *o conflito e a luta por seus interesses*. Interesses que podem ser expressos por práticas discursivas; (2) às práticas discursivas enquanto expressão de interesses de classe os quais são formados na relação social instaurada no diálogo entre classes (representadas por três atores sociais) no decorrer do movimento grevista, partindo-se do pressuposto bakhtiniano de que a linguagem é constitutivamente dialógica³. Esse diálogo diz respeito “às relações que se estabelecem entre o eu (*sujeito e locutor discursivo*)⁴ e o outro (*o ‘nós’ que corresponde à pessoa na qual podem desaparecer todos os outros, o ‘eu’ inclusive*)⁵ nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos” (Brait, 1997: 98). Para Bakhtin, não só o dialogismo é o *princípio constitutivo da linguagem*, como *condição de sentido do discurso*. Além do locutor, observa Bakhtin (1997: 356), “o enunciado tem sempre um destinatário [...] de quem o autor da produção verbal espera e presume uma compreensão responsiva”. O autor de um enunciado pressupõe ainda a presença de um *sobredestinatário* o qual, dependendo da época em que esteja situado, “(...) adquire uma identidade concreta variável (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, a ciência etc.)” (Bakhtin, 1997: 356). Bakhtin (1997) continua seu pensamento observando que o autor (locutor) nunca pode entregar toda a sua produção verbal a destinatários atuais ou próximos e que a compreensão responsiva pode situar-se em diversas outras direções. Ou seja, no intercurso de um diálogo existe sempre a presença de um *terceiro* situado acima de todos os outros participantes e que assume uma posição de compreensão responsiva.

Considerando as questões teóricas acima abordadas, partimos do pressuposto de que a significação deve ser entendida como um fenô-

³ O dialogismo pressupõe a construção do discurso pela presença do *Outro*, ou seja, na relação com outros discursos.

⁴ A inserção das palavras grifadas entre parênteses é minha. O sujeito é entendido, no sentido bakhtiniano, em sua natureza psicossocial: sua consciência é verbal e apóia-se no *Outro*. Trata-se de um sujeito que é ao mesmo tempo sujeito-consciência/sujeito social. *Locutor discursivo* refere-se a quem se atribui um determinado discurso.

⁵ A inserção do enunciado entre parênteses é de Dahlet (1997: 69).

meno mais amplo, enquanto constituída em um processo discursivo instaurado tanto num tempo/espaço lingüístico como social. É nesse tempo/espaço que se movimenta o sujeito cujas práticas discursivas refletem interesses de classe, formados na relação social instaurada no diálogo entre classes sociais distintas e muitas vezes antagônicas. Esse diálogo diz respeito tanto às relações sócio-discursivas que se estabelecem entre sujeitos – atores sociais – num determinado contexto social e histórico, como entre os discursos instaurados nas práticas discursivas desses sujeitos. Entendemos, portanto, que a significação constitui-se tanto em relação a uma exterioridade – o meio social em que estão inseridos os indivíduos –, como no interior do interdiscurso – um espaço de memória discursiva que confere sentido ao acontecimento enunciativo.

Para realizarmos nossa análise, partimos do pressuposto de que as práticas discursivas de nossos atores sociais não podem ser compreendidas isoladas de uma comunidade mais ampla, cuja inserção se dá na compressão⁶ de tempo e de espaço na história da evolução do capitalismo que lhe é subjacente. Dentro dessa lógica que extrapola a relação discursiva de uma comunidade regional para uma comunidade global, pretende-se desvendar a complexidade de relações interdiscursivas que se estabelecem no confronto de formações discursivas que convocam o seu *Outro* não apenas de uma memória discursiva interna, mas também externa⁷.

⁶ Harvey (1998) utiliza a expressão *compressão* por entender que a história do capitalismo tem se caracterizado tanto por uma aceleração do ritmo de vida, quanto por um encurtamento das barreiras espaciais, dando-nos a impressão de que vivemos numa *aldeia global*, ligados pelas telecomunicações e por interdependências econômicas.

⁷ Maingueneau (1991) associa a *memória discursiva*, ou seja, a memória de outros discursos, a toda formação discursiva. Em nosso estudo, a *memória discursiva interna* é entendida como aquela cujas redes de enunciados, de discursos, são produzidos tanto no interior de uma mesma formação discursiva como em formações discursivas anteriores; a *memória discursiva externa* é aquela cujas redes de enunciados e de discursos, produzidos em uma formação discursiva ou em formações discursivas anteriores, relacionam o seu *Outro* a outros sentidos constituídos historicamente no curso do desenvolvimento de relações sociais entre os homens, na perspectiva das importantes mudanças que vêm ocorrendo na economia política, na própria transformação do Estado e de seu relacionamento com os diversos segmentos sociais e no processo de formação de classes, como processo de capacitação para a luta pelos seus interesses, na compressão de tempo e de espaço na evolução capitalista.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é descrever, através da apresentação de uma amostra de dados quantiquantitativos⁸, as diferentes posições de enunciação nas relações dialógicas que se estabelecem no espaço de interlocução⁹ dos discursos institucionais dos atores sociais envolvidos (Governo, Mídia e Sindicato), em relação às palavras *povo*, *população*, *popular(es)*, procurando observar em que medida as práticas discursivas sobre o Movimento Grevista da Educação em Pernambuco (1987-1999), enquanto materialização de interesses de classe, são o *locus* privilegiado de produção, reprodução e transformação de relações sociais.

2. Espaço e tempo na memória discursiva

2.1. Sobredestinatários do discurso grevista: povo/população

Analisaremos, inicialmente, nas relações dialógicas que se estabelecem no espaço de interlocução de nossos três atores sociais, a presença não de destinatários próximos, concretos, ou seja, aqueles aos quais se endereça um determinado discurso, mas de terceiros, situados acima de todos os outros participantes e que assumem uma compreensão responsiva nos discursos, denominados por Bakhtin (1997) de *sobredestinatários*.

O gráfico 1 ilustra a presença e o peso das palavras *povo/população* nos discursos do governo, da mídia e do sindicato.

Nas três variáveis podemos observar a presença das palavras *povo* e *população*. No arquivo institucional do Governo, *povo* faz parte do vocabulário básico, ou seja, aquele de uso comum e que serve de suporte para a construção do texto, sendo que o seu peso, (0,274), é próximo à média “0”; em T2 (Mídia), o seu peso negativo é significativamente alto (-3,675), o que o inclui no vocabulário diferencial, ou

⁸ A abordagem quantiquantitativa de nossos corpora discursivos foi baseada no método estatístico-computacional desenvolvido por Camlong (1996).

⁹ O espaço de interlocução é definido como um espaço de “luta de discursos” (Rodrigues, 1995).

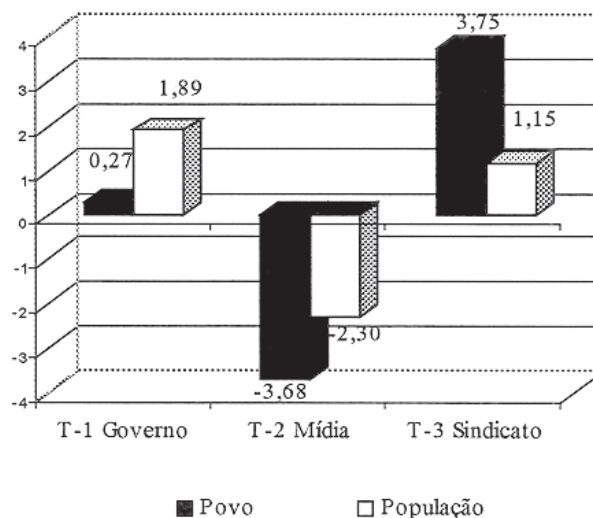


Gráfico 1 – Sobredestinatários: povo/população

seja, aquele objeto de rejeição por parte dos locutores. No arquivo institucional do Sindicato, a palavra *povo* aparece como um vocábulo preferencial, ou seja, aquele objeto de escolha privilegiada dos locutores, com peso positivo significativamente alto (3,753). Com relação à palavra *população*, esta aparece nos arquivos institucionais do Governo e do Sindicato como vocabulário básico, sendo que em T1 (Governo), no vocabulário fundamentalmente básico e, em T3 (Sindicato), no vocabulário básico com tendência positiva; em T2 (Mídia), a palavra *população* aparece com peso negativo – superior a (-2) – vocabulário diferencial. Procuraremos entender o que esses pesos e tipos diferenciados de vocabulário indicam através de suas contextualizações no discurso, procurando, ao mesmo tempo, analisar o significado de ambas as palavras no espaço de interlocução à luz de sua relação com as categorias Estado¹⁰ e

¹⁰ Norberto Bobbio (1999: 10) trabalha o conceito de Estado do ponto de vista jurídico e político, ou seja, “o Estado como ordenamento jurídico e como poder soberano”. Para ele (Bobbio, 1999: 95), “do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar comandos correspondentes, vinculatórios para

Sociedade¹¹. Nessa perspectiva, surgem, de imediato, algumas perguntas: qual o sentido de *povo* e *população* no discurso? Por que ambos são convocados no discurso por nossos atores sociais e que posições enunciativas e papéis ocupam/desempenham respectivamente no espaço de interlocução? Discutiremos essas questões através da análise dos recortes discursivos que transcrevemos abaixo.

APENOPE – OFÍCIO APENOPE/GOVERNADOR DO ESTADO – 3 de dezembro de 1986.

Ao Dr. Miguel Arraes de Alencar
Governador Eleito por Pernambuco

(...) Precisamos urgentemente de uma educação voltada para a libertação do nosso **povo**, de uma Escola parte integrante da comunidade. Certos de sermos atendidos na nossa solicitação, gostaríamos de parabenizá-lo pela retumbante vitória nas urnas que representa acima de tudo a esperança do **povo** pernambucano, na sua maioria desejosos por mudanças efetivas. [1]

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO: NOTA À IMPRENSA.

(...) O Governo de Pernambuco foi eleito pelo **povo** para governar e não para conceder aumentos salariais de forma irresponsável. Tenho afirmado que o nosso objetivo é o atendimento das necessidades reais da **população**, entre as quais se inscreve com destaque o direito à educação. (...) DP, 7 de abril de 1987:A-3. [2]

(...) “O sr. Miguel-Arraes insiste em que a greve não tem só o seu fator econômico, mas, também, um componente político, a partir de um novo relacionamento do Governo com os

todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. Sejam quais forem as decisões (...).”

¹¹ A sociedade civil é entendida como “o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão” (Bobbio, 1999: 35-36).

professores. O compromisso do governo é com a melhoria das condições de vida do *povo* pernambucano como um todo e do Estado, em particular, na sua situação econômica”, explicou o secretário. Ressaltou que “estamos tendo um relacionamento de abertura com os professores. Um relacionamento que nunca houve. Agora, não se pode admitir a continuação de um malfício desse para o Estado. O Governo ficará com a *população*, se for o caso de fazer a opção”. (“Professor só poderá ter aumento com quadro menor”.(...) Declaração do Secretário da Imprensa do Governo Arraes, Ricardo Leitão. DP, 21 de abril de 1987, A-5) [3]

APENOPE – OFÍCIO APENOPE No. 137/4 de Dezembro de 1987
À Secretária da Educação do Estado de Pernambuco

(...) Não basta o argumento já desgastado de que a eleição do governador com uma margem significativa de votos, lhe confira o respaldo e a legitimidade que precise para governar. Não podemos caracterizar como *popular*, um governo onde o *povo* e o movimento organizado são apenas consultados para opinar, ficando subtraído do direito coletivo e essencial de decidir. (...). [4]

APENOPE – OFÍCIO APENOPE No. 154 / 15 de Outubro 1987
Ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco

Excelência:

O Governo liderado por V. Ex.^a tem passado por cima de compromissos assumidos com os servidores, em especial com a categoria dos Professores e conseqüentemente com a *população*. Compromissos estes firmados durante a nossa última greve que, além de constarem em documentos por representantes do governo, constam também em “nota oficial” endereçada à *população* e aos Servidores Públicos no dia 20 de maio, onde diz textualmente: “Formação imediata de uma comissão dos Servidores, através de suas entidades representativas, para ter acesso à evolução da receita estadual, junto à Secretaria da Fazenda”. “Implantação imediata de uma comissão dos Servidores, através de suas entidades representativas, para discutir e encaminhar o recadastramento e a reclassificação do funcionalismo. (...) [5]

A quem exatamente os nossos locutores se referem quando dirigem seus discursos ao *povo*? Quem é o *povo*? Trata-se de uma categoria conceitual que dá margem à configuração de inúmeras representações sociais, dando-nos a impressão (ou ilusão) de entes sociais que pairam acima de homens e mulheres comuns, concretos (a população) e que no discurso de nossos atores sociais assumem o papel de uma espécie de juiz que arbitra a consciência de governantes e governados, como se o fizesse de algum lugar na história. É em nome do povo, de seus interesses e de suas necessidades, que a organização sindical dos trabalhadores em educação deposita suas esperanças no novo governo que se instala em Pernambuco e é também em seu nome que evoca sua libertação – numa alusão messiânica à volta de Miguel Arraes pela segunda vez ao poder em Pernambuco, ele que já fora governador em 1963, quando teve o mandato interrompido pelo golpe militar em 1964, partindo então para o exílio, e retornando em 1979 com a anistia (exemplo 1). Por outro lado, é em nome do *povo* que lhe concedeu legitimidade para governar que o governo eleito de Miguel Arraes justifica, através de suas práticas discursivas, suas ações político-econômicas (exemplo 2). Em outras palavras, é ao *povo* que o elegeram que o Governo Arraes precisa prestar contas de suas ações. Mesmo que a maioria do *povo* não se reconheça na atuação política dos governos, como diz Octavio Ianni (1994), numa crítica ao que chama de divórcio entre a sociedade e o poder público – o que fica bem caracterizado na posição de compreensão responsiva assumida pelo sindicato, em dezembro de 1987, nove meses após a posse de Arraes no Governo do Estado: a de que a participação do *povo* e do movimento organizado fica restrita a uma instância consultiva, mas não decisória nos governos (exemplos 4 e 5). Isso talvez explique o fato de que, não obstante a evocação do *povo* nos discursos governamentais contidos tanto nos arquivos institucionais do governo quanto da mídia, o peso dessa palavra, no cômputo geral do discurso governamental, é pouco representativo. Trata-se de um vocábulo de emprego comum na composição geral do discurso institucional governamental. Paradoxal é a compreensão responsiva de nossos atores sociais (exemplo 4) em relação à categoria povo, à qual subjaz a idéia de *democracia representativa*: o *povo* tem representatividade para decidir a eleição que elege os governantes, mas não goza da mesma representatividade para participar das decisões acerca de seu próprio

destino. Diante da afirmativa do governador Miguel Arraes que fora eleito pelo *povo* para governar e não para conceder aumentos salariais de forma irresponsável, pergunta-se: que categoria desigual e excludente é essa, a do *povo*, que, numa eleição, tem o poder de eleger através do voto, mas que após a eleição não tem o mesmo poder de outras categorias, a exemplo da categoria política e a do judiciário para arbitrar seus próprios salários? Observa-se, pois, através da polêmica estabelecida no confronto dialógico das práticas discursivas de ambos os atores no espaço de interlocução, um descompasso entre suas posições de compreensão responsiva em relação à palavra *povo*, à qual subjaz a idéia de *democracia representativa*, definida como um sistema em que o poder político é considerado um *status* pessoal de todos os membros considerados válidos de uma sociedade. Esse poder político é exercido através de um processo de consulta (sufrágio universal) através do qual os indivíduos conferem legitimidade a outros para, em seu nome, governar ou legislar. Nessa modalidade de democracia, a participação do indivíduo no poder político fica restrita ao voto, ou seja, a outorga de sua quota de poder a um outro indivíduo” (Gomes, 1995: 70).

No gráfico 2, procuraremos aprofundar a investigação do descompasso entre as posições de compreensão responsiva de nossos atores, em relação à palavra *povo*, através da análise comparativa de duas outras palavras – *popular/populares* – e de seus respectivos contextos enunciativos, nos três arquivos institucionais em questão.

Conforme podemos observar no gráfico acima, no arquivo institucional governamental não registramos nenhuma ocorrência das palavras *popular/populares*. Estas ocorrem apenas na forma de discurso citado (direto/indireto) em matérias jornalísticas do arquivo institucional da mídia referentes ao governo/sindicato: ambas com um peso negativo, sendo a primeira, objeto de rejeição dos locutores (vocabulário diferencial) e a segunda de uso comum (vocabulário básico). No que se refere ao arquivo institucional do sindicato, ambos os vocábulos possuem peso positivo alto (acima de 2) e são objeto de escolha preferencial de nossos locutores (vocabulário preferencial).

Nos recortes discursivos a seguir, podemos observar a instauração de um espaço polêmico que se caracteriza como um lugar de

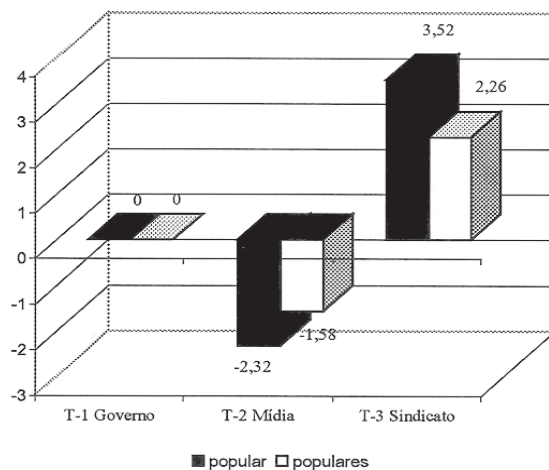


Gráfico 2 – Compreensão responsiva dos atores: popular(es)

enfrentamento de discursos em relação dialógica, um lugar onde os discursos de nossos atores sociais se interpenetram, se influenciam e se interdeterminam. Nas relações dialógicas que se estabelecem nos dois primeiros recortes discursivos, podemos observar que a polêmica é instaurada através do dispositivo da concorrência discursiva entre os enunciados do exemplo [6] e entre os enunciados dos exemplos [6] e [7] através da desqualificação e denegação do Outro, respectivamente. Em [6] o governo utiliza o argumento do *respaldo popular obtido supostamente através da eleição* para desqualificar o discurso sindical *da necessidade de firmar-se o acordado entre as partes em documento*, ao mesmo tempo em que o próprio sindicato desqualifica o argumento governamental do *respaldo popular* ao afirmar que *mesmo sendo praxe, ao final de encontros, firmar-se documentos, estes na maioria das vezes nunca eram cumpridos*. Já no exemplo [7] o sindicato denega a afirmação do governo no exemplo [6] – de que *agora havia razões para que se acreditar em mudanças*, valendo-se do argumento do *respaldo popular conferido pela eleição* – ao afirmar que o governo *dito popular*, ou seja, aquele mesmo governo que evoca sua *legitimação pelo respaldo popular conferido pelas urnas, desde que assumiu*, ou seja, desde março de 1987 até aquela data (março de 1988), *não cumpre os sucessivos acordos feitos com os professores*.

(...) *Outro problema surgiu quando as integrantes da Comissão solicitaram por escrito o que haviam combinado. Os secretários fizeram valer a condição de respaldo **popular** do Governo Arraes. Segundo os grevistas, já era uma praxe, em final de encontros com os secretários, firmar-se documento que, na maioria das vezes, nunca foi cumprido. Os secretários defendem então sua posição, acentuando que agora tinha que se acreditar nas mudanças, não havendo razão para que se mantivesse a prática anterior de firmar-se documento. (...) (“Diálogo susta a greve dos servidores estaduais”. DP, 17 de março de 1987: CIDADE) [6]*

*O Comando de Greve dos Professores – formado pela Apenope, Centro dos Professores (CPP), associações dos orientadores e supervisores educacionais – acusou ontem o Governo Miguel Arraes de estar enganando os servidores”. Afirmam as quatro entidades, através de nota distribuída à imprensa, que “desde que assumiu”, o Governo dito **popular** vem descumprindo sucessivos acordos com os servidores, e em especial com os professores”. (...) (“Comando de professores: Arraes engana servidores”. DP, 8 de março de 1988, A-10) [7]*

No próximo exemplo [8], o governo desqualifica o discurso sindical – *da necessidade de os funcionários terem poder de decisão sobre a política administrativa do governo* – ao convocar novamente o argumento da legitimidade do mandato popular, respaldado agora pela evocação do princípio da *democracia representativa*, que pressupõe a delegação do poder do povo, pelo voto, a outrem e, ao fazê-lo, exclui a possibilidade de partilhar esse poder de decisão com o mesmo povo que o elegeu. E, mais do que isso, o governo convoca o discurso da *legalidade* para desqualificar ainda mais o discurso sindical, ao sugerir que *partilhar do poder* equivaleria a transgredir a *legalidade* de um mandato que lhe fora delegado pelo povo. Ao mesmo tempo usa de ironia ao fazer a ressalva de que *se essa fosse, por acaso, a vontade do povo, estaria disposto a discutir o assunto*. Para, logo em seguida, denegar sua própria afirmação anterior, ao evocar a memória do povo – sua *compreensão* – partindo do pressuposto de que *se esse mesmo povo no momento da eleição, não estava consciente do que representava o*

poder que lhe fora delegado pela manifestação das urnas, agora necessitava compreender o seu significado. A memória está, pois, atrelada a dois tempos: um anterior e um posterior à eleição.

*(...) A Apenope reiterou seu ponto de vista e a necessidade de as comissões de funcionários terem poder de decisão sobre a política administrativa do governo. Arraes foi sereno, mas veemente: “O Governo não pode transferir seu poder de decisão porque ele é um poder eleito para decidir. Transferir este poder é renunciar ao mandato **popular**. Se este for o caso, podemos até discutir o assunto. Mas creio que não seja. Talvez o que esteja faltando agora seja uma compreensão do poder delegado pela manifestação das urnas”. (...) (“Arraes x Professores: um debate marca a greve”. DP, 17 de abril de 1988). [8]*

Entretanto, a compreensão responsiva dos trabalhadores à evocação da memória sugerida pelo governador Arraes vai muito além de um tempo cronológico: é à memória histórica que os trabalhadores se reportam ao lembrar seu discurso político, qualificado como *progressista e a favor das causas populares*.

*(...) Na pauta de reivindicações que os Trabalhadores em educação entregaram ontem ao Governador de Pernambuco, é lembrado o discurso político de Miguel Arraes como “progressista e a favor das causas **populares**” ao mesmo tempo em que sua prática “impõe medidas de caráter autoritário, antidemocrático e centralizador”. O documento segue dando exemplos de tais práticas como a lei 622-1989 (que fere o Estatuto do Magistério que foi amplamente debatido), a reforma administrativa (que não conta com a participação das entidades envolvidas) e a própria desmobilização das entidades organizadas (materializadas nas punições contra os trabalhadores que exercerem seu direito de greve). (...) (“Apenope entrega pauta a Arraes”. Folha de Pernambuco, 12 de outubro de 1989) [9]*

Os trabalhadores em educação parecem, pois, não confirmar um conhecido ditado popular que diz que *o povo tem memória curta*. Na obra *Miguel Arraes – pensamento e ação política* (Arraes, 1997:17-

34), que reúne os seus grandes pronunciamentos públicos, entrevistas, artigos e manifestos de 1963 a 1995, encontramos algumas passagens em seu discurso de posse no cargo de governador de Pernambuco, pela primeira vez, em 1963, que, de um lado, ilustra essa memória histórica que evoca as representações de *progressista e a favor das causas populares*, aludidas no discurso dos trabalhadores e, de outro, sintetiza a representação que o próprio Arraes tem da *democracia: ele assume o cargo não em nome do povo, não no lugar do povo* – o que representaria uma outorga do poder do povo, através da manifestação do voto, a Arraes (democracia representativa) – *mas ele, enquanto homem do povo, ele, o povo* – ou seja, *o povo sou eu*, o que pode também significar *o Estado sou eu/o Estado é o povo, ou seja, o Estado é apresentado por Arraes como se representasse todas as classes e grupos sociais, vistos como povo:*

(...) Esse fato novo – o aparecimento do povo como categoria histórica – é que explica que eu hoje aqui me encontre, não em nome do povo, não em lugar do povo, mas eu – homem do povo, o povo, para assumir o governo do Estado (...)

(...) Tenho respondido, entre outras coisas, que precisamos acabar com o tipo de governo paternalista e compadresco, que julga conceder favores ao povo, doar coisas ao povo, para criar um tipo de governo que possibilite a participação do povo no próprio processo administrativo. (...) Outro tipo de participação é a vigilância que o povo deve exercer sobre os compromissos assumidos por seus representantes, a fim de que seus interesses não sejam subestimados ou traídos. (...) Essa participação do povo no processo administrativo e político é, hoje, imprescindível; sem ela nós não poderemos fazer nada (...)

Tempo histórico e tempo cronológico: tempos que contrastam práticas sociais e práticas discursivas conflitantes e contraditórias, se compararmos a retórica de Arraes no passado, quando preconizava *a participação do povo não apenas na forma de uma vigilância sobre os compromissos assumidos por seus representantes* – aqui, contraditoriamente ao afirmado no primeiro parágrafo de seu discurso, ele volta a admitir a democracia representativa –, mas também *a participação do*

povo no processo administrativo e político (democracia participativa) – com a retórica no decurso de seu segundo governo, em 1987, cuja compreensão responsiva, por parte dos trabalhadores em educação, é ilustrada, no exemplo [10] abaixo, pelas suas *expectativas de participação no processo decisório do governo Arraes*, no que se refere à participação na discussão e na deliberação da implantação de um Plano Estadual de Educação:

(...) Muito se tem discutido a forma com foi imposto o Plano pela secretária Silke Weber”, enfatizou o representante da Associação, lembrando “a forma não democrática de discussão e de deliberação; a categoria foi apenas ouvida, mas não decidiu nada. Num Governo autenticamente popular, a decisão se dá através da participação dos segmentos sociais. (...) (“Apeno começa campanha salarial de 89”. DP, 19 de fevereiro de 1989) [10]

Parece-nos, pois, que as palavras *povo*, *população*, *popular(es)*, tanto no discurso governamental como no sindical, contidos em seus respectivos arquivos institucionais, bem como no arquivo institucional da mídia, particularmente quando contrastadas a uma memória discursiva histórica, assumem uma posição enunciativa particular no espaço de interlocução: uma posição *populista*.

Não obstante, para aprofundarmos a compreensão dessa posição, seria necessário referirmos à memória histórica do populismo tanto de Estado como Sindical, identificando as circunstâncias sociais, político-econômicas em que *povo* passa a se constituir como categoria histórica no cenário brasileiro do século XX, e apreender também como se dá a relação da categoria *povo*, entendida de forma mais ampla, como *sociedade civil*, com o Estado, particularmente quando esse se faz governo, sob a égide do *populismo*. Com relação a esse último aspecto, Sampaio (2002), em estudo realizado acerca da relação Estado-sociedade no populismo, observa que o populismo organiza seu poder através de diferentes estratégias políticas, tais como a proposição de um pacto social entre classes distintas e contraditórias e a aceitação da adesão ou cooptação de forças políticas de oposição. Quanto à forma de identificação das massas, essa não se dá necessariamente com a pessoa de um líder, mas com a burocracia do Estado, no que se refere à expec-

tativa de que o mesmo venha a atender seus interesses de classe, independentemente da luta popular organizada e da correlação de forças políticas vigentes em circunstâncias históricas dadas (Boito, 1991). Recorrendo à memória discursiva histórica, a autora (Sampaio, 2002), ao situar a forma pela qual Arraes organiza seu poder político na fase anterior à eleição de 1986 para o segundo mandato ao Governo do Estado, observa semelhanças entre as estratégias utilizadas na montagem das forças políticas que dariam sustentação ao seu governo e as estratégias políticas de organização do poder no populismo. Nesse sentido, Sampaio (2002) caracteriza não apenas a retórica populista nos discursos de Arraes antes de sua eleição ao cargo de Governador de Pernambuco, através da qual procurava criar laços empáticos com a população em geral e, ao mesmo tempo, a adesão dos movimentos organizados da sociedade, como as organizações sindicais, mas também a forma pela qual amplia seus espaços de poder através de alianças tanto com partidos políticos de matizes ideológicas distintas e até opostas, como com forças político-econômicas que representavam os setores mais conservadores do latifúndio em Pernambuco. Recorrendo novamente à memória histórica, a autora (Sampaio, 2002) traça um paralelo entre Sindicalismo e Estado no Brasil, situando as especificidades da estrutura sindical em relação aos diferentes segmentos de trabalhadores que representam a classe operária da iniciativa privada e o funcionalismo público.

Com relação às lutas pelo direito de organização de Sindicatos oficiais, compreendidas pelo funcionalismo público, em Pernambuco, as quais se inserem em um movimento mais amplo dos trabalhadores brasileiros, em nível nacional, nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, esse direito só é consolidado com a aprovação da nova Constituição de 1988. Não obstante, em relação à forma de organização do Sindicato, observa-se que sua estrutura é calcada na lógica do atrelamento do Sindicato ao Estado – *em forma de investidura, unicidade e impostos sindicais*¹² – produzindo, necessariamente, efeitos jurídicos específicos

¹² A *investidura sindical* diz respeito à outorga do Estado que, ao reconhecer o Sindicato como organismo representativo de uma determinada classe de trabalhadores, concede-lhe a representatividade e o poder de negociação. A *unicidade sindical* refere-se ao *monopólio legal* da representação sindical pelo sindicato oficial, cuja concessão é feita pelo Estado. O *imposto*

de tutela da ação reivindicativa tanto no plano de organização quanto da ação sindical (Boito, 1991). Essa subordinação imposta à ação sindical e o legalismo que subjaz a essa relação de subordinação é caracterizada pelo autor (Boito, 1991) como a ideologia da legalidade enquanto uma ideologia populista e que nada mais seria do que o fetiche do Estado protetor transposto para o plano da organização e da luta sindical.

Com base em análise de dados bibliográficos e documentais, Sampaio (2002) conclui que, apesar da retórica que preconiza a *ampla liberdade de organização da categoria*, a *autonomia sindical* e a *necessidade de se por fim à atual estrutura sindical brasileira*, a luta do movimento dos trabalhadores em educação em Pernambuco parece estar perfeitamente sintonizada com a luta dos trabalhadores no plano nacional, ou seja, pelo direito de criação de um sindicato único oficial, o que, na prática, significa atrelar as organizações das categorias que representam os professores à tutela do Estado – o que corrobora a tese defendida por Boito (1991) da existência de uma ideologia da *legalidade sindical* no sindicalismo brasileiro e que nada mais seria do que o fetiche do *Estado protetor* transposto para o plano da organização sindical. Não obstante, a questão relativa a quais os limites que essa subordinação ao Estado impõe à ação sindical apenas poderá ser devidamente avaliada através de uma análise mais ampla de suas práticas discursivas em sua relação dialógica às práticas discursivas governamentais.

3. Considerações finais

O embate discursivo instaurado nas práticas discursivas do Governo e do Sindicato parece evidenciar, antes de tudo, uma acirrada luta pelo domínio do espaço discursivo, com o objetivo de legitimar e fazer prevalecer suas posições de compreensão responsiva em relação aos sobredestinatários *povo/população*. Quem domina o espaço também pode dominar a política do lugar, diria Harvey (1998). Na perspectiva de nosso estudo, a luta de classe que se explicita através do embate das

sindical é uma contribuição anual cobrada de todos os trabalhadores pelo Ministério do Trabalho, que retém parte dela e repassa o restante aos sindicatos oficiais e congêneres (cf. Boito, 1991, pp. 27-29; p.34).

práticas discursivas de nossos atores, seria um espaço simbólico e a greve, o lugar, sua “sede do ser” (cf. Harvey, 1998, p. 234). Por outro lado, essa luta pelo espaço discursivo, para legitimar e fazer prevalecer posições de compreensão responsiva, situa-se não apenas num tempo cronologicamente datado (o movimento grevista instaurado no período de 1987-1999), mas é atravessada por uma temporalidade histórica: ambos os discursos são atravessados por uma memória discursiva histórica, enquanto estratégia de atualização e de legitimação de discursos.

Com relação aos discursos institucionais do Governo e do Sindicato veiculados pela Mídia, observa-se a utilização de diversas estratégias, tais como a polêmica – instaurada através do dispositivo da concorrência discursiva entre enunciados pertencentes a uma mesma formação ou a formações discursivas distintas, com destaque para a desqualificação e a denegação do Outro –, o uso da pressuposição e da ironia. Nesse sentido, a Mídia, ao articular a polêmica entre Governo e Sindicato, tem o papel de “mediar socialmente a publicização dos inúmeros campos sociais” – político, econômico, cultural, etc. – “tornando-os visíveis para o restante da sociedade” (Rubim, 1995: 112).

Além disso, ao mesmo tempo em que, de um lado, o Governo Arraes induz a produção de um espaço *discursivo-democrático controlado*, através do apelo à memória discursiva dos trabalhadores do poder de representação que lhe fora delegado pelas urnas, os trabalhadores em educação pressionam o Governo/Estado pela transformação desse espaço em um espaço *discursivo-democrático ampliado*, através da contraposição, ao discurso do Governo, de diferentes acentos apreciativos acerca da dimensão de democracia pretendida pelos trabalhadores para a educação pernambucana: a participativa. Embora sendo portadores de posições de compreensão responsiva distintas¹³, Governo e Sindicato utilizam estratégia discursiva semelhante na produção de seus discursos: a recorrência à memória discursiva histórica através da evo-

¹³ Tais posições são diferentes do ponto de vista político, se considerarmos as diferentes formas de representação que Governo e Sindicato têm da democracia: os primeiros defendendo a idéia que reduz a participação popular ao voto (democracia representativa) e os segundos pleiteando uma ampliação da idéia de representatividade (democracia participativa) que inclua a participação popular naquelas decisões governamentais que lhes digam respeito – o que implicaria uma radical redefinição e ampliação do campo político.

cação do *povo/população* no espaço de interlocução¹⁴. Em relação a *povo*, trata-se de uma categoria supra-histórica que constrói, pela diferença e alteridade das posições de compreensão responsiva de nossos atores, práticas discursivas e sociais distintas e contraditórias. Contradição que não se reduz ao confronto de interesses políticos e econômicos formados no curso do seu relacionamento discursivo e social. Referimo-nos aqui ao caráter histórico da contradição (Martins, 1996) que pressupõe um desencontro de duas temporalidades: de um tempo errático (Gurvitch, 1964) e de incertezas, no qual o *Estado-nação Brasil* e a *sociedade brasileira* são marcados por um processo de transição político-econômica-social, em que prevalece o presente (crise econômica, recessão, movimentos grevistas de trabalhadores); e de um tempo cíclico (Gurvitch, 1964), no qual passado, presente e futuro são projetados uns nos outros, acentuando-se a continuidade de um Estado brasileiro autoritário, a prevalência das mesmas estruturas sociais e políticas arcaicas, remanescentes de oligarquias latifundiárias e do populismo político regionais do passado, aos quais se contrapõem, no presente, o movimento grevista dos trabalhadores em educação de Pernambuco em suas lutas pela democracia e pela cidadania, nas quais são projetadas expectativas utópicas de transformações.

Os dados analisados neste estudo nos possibilitaram, ainda, fazer algumas inferências conclusivas em relação à nossa hipótese inicial de que as práticas discursivas são o *locus* privilegiado da produção, reprodução e transformação de relações sociais (políticas e econômicas). Para entendermos melhor essa questão, partimos do pressuposto de que o espaço da (re)produção é o espaço no qual se desenvolvem relações sociais de produção, envolvendo não apenas força do trabalho, exploração, mas também uma *força de trabalho lingüístico*. Vimos também que tais práticas, ao expressarem a materialização de interesses políticos e econômicos de nossos atores, podem contribuir tanto para politizar como para despolitizar as relações sociais na produção de discursos. No caso específico dos exemplos analisados em torno dos sobredestinatários *povo/população*, observou-se que o embate dialógico

¹⁴ O espaço de interlocução é entendido aqui como um espaço de “luta de discursos” (Rodrigues, 1995).

pelo domínio do espaço discursivo, travado entre nossos atores, é de natureza política e econômica. De um lado, observou-se que a produção de práticas discursivas, pelo Sindicato, reivindicando os direitos de participação dos trabalhadores em educação naquelas decisões governamentais que diziam respeito a seus interesses de classe, representou um esforço para politizar o espaço de produção, tanto do ponto de vista simbólico, através de uma ampliação da compreensão responsiva da categoria acerca do significado da *democracia*, como prático, em direção a uma transformação das relações sociais de base política entre Estado e trabalhadores no que diz respeito à possibilidade de uma *participação efetiva na gestão governamental*. Da parte do Governo, observou-se um esforço contrário, no sentido de despolitizar o espaço de produção de discursos, ao desconsiderar a proposta de discussão do Sindicato de uma maior participação no processo de gestão administrativa, para fechar questão em torno do argumento da legitimidade de um poder eleito para decidir. Ainda que às práticas discursivas que os trabalhadores opuseram às práticas discursivas do Governo, e vice-versa, não correspondessem mudanças concretas em suas relações político-econômicas, o fato é que, ao evocarem um discurso *progressista e a favor das causas populares*, situado numa memória discursiva histórica – memória essa sempre tão enfatizada por Arraes em seus discursos políticos durante sua campanha eleitoral de 1986 para o Governo do Estado –, os trabalhadores em educação colocaram em evidência não apenas as contradições entre as práticas discursivas de seu primeiro (1963) e segundo (1987) governos e suas práticas sociais, mas também o uso ideológico populista da categoria histórica *povo*, bem como seus efeitos de sentido no embate dialógico das práticas discursivas de ambos os atores: a compreensão contraditória do princípio da democracia.

Enviado em: 05/2000. Aceito em: 10/2002.

Referências bibliográficas

ARRAES, M. 1997 *Miguel Arraes: pensamento e ação política*. Apresentação de A. CALLADO, J. PEREIRA, J. CORREYA, R. CARRERO, R. LEITÃO e V.C. CAMPOS (Orgs.). Topbooks.

- BAKHTIN, M. 1979/1997 *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Martins Fontes.
- _____. 1929/1988 *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Hucitec.
- BOBBIO, N. 1985/1999 *Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. Paz e Terra.
- BOITO, A. 1991 *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Editora da Unicamp/ Hucitec.
- BRAIT, B. 1997 Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. IN: B. BRAIT (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Unicamp.
- CAMLONG, A. 1996. *Méthode d'analyse textuelle et discursive*. Ophrys.
- CASTRO, N.A. & GUIMARÃES, A.S.A. 1997 *Movimento sindical e formação de classe – elementos para uma discussão teórico-metodológica*. IN: D. E. SIQUEIRA, G.F. POTENGY & P. CAPPELLIN (Orgs.). *Relações de trabalho, relações de poder*. UnB.
- DAHLET, P. 1997 Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. IN: B. BRAIT (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Unicamp.
- GOMES, W. 1995 *Theatrum politicum 1. A encenação política na sociedade dos mass mídias*. IN: J.L. BRAGA, S.D PORTO & A.F. NETO (Orgs.) *A Encenação dos sentidos. Mídia, cultura e política*. Diadorim.
- GURVITCH, G. 1964 *The spectrum of social time*. [S.l.], Dordrecht.
- HARVEY, D. 1989/1998 *Condição pós-moderna*. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola.
- IANNI, O. 1987/1994 *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira.
- MAINGUENEAU, D. 1991 *L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Hachette.
- _____. 1996 *Les termes clés de l'analyse du discours*. Seuil.
- MARTINS, J.S. 1996 As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. IN: J. de S. MARTINS (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. Hucitec.
- RODRIGUES, A.D. 1995 A relevância e a atualidade dos processos interlocutivos. IN: J.L.BRAGA; S.D. PORTO & A.F. NETO (Orgs.) *A Encenação dos sentidos. Mídia, cultura e política*. Diadorim.

- RUBIM, A.A.C. 1995 Mídia, política e eleições brasileiras de 1989 a 1994. IN: J.L.BRAGA, S.D. PORTO & A.F. NETO (Orgs.) *A Encenação dos sentidos. Mídia, cultura e política*. Diadorim.
- SAMPAIO, M.C.H. (2002) *Democracia, cidadania e produção de um espaço público democrático em tempos de globalização: práticas discursivas entre Estado-sociedade no Movimento Grevista da Educação em Pernambuco*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- SIQUEIRA, D. E.; POTENGY, G.F. & CAPPELLIN, P. 1997 Introdução. IN: D.E. SIQUEIRA, G.F. POTENGY & P. CAPPELLIN (Orgs.). *Relações de trabalho, relações de poder*. UnB.

Referências dos textos citados

1. Ofício APENOPE n. 20 ao Governador do Estado, Dr. Miguel Arraes de Alencar, 30.12.1986.
2. Nota oficial do Governo do Estado, divulgada na Imprensa. Diário de Pernambuco, 7.4.1987, A-3.
3. Declaração do Secretário da Imprensa do Governo Arraes, Ricardo Leitão. “Professor só poderá ter aumento com um quadro menor.” Diário de Pernambuco, 21.4.1987, A-5.
4. Ofício APENOPE n. 137 à Secretária da Educação do Estado de Pernambuco, 4.12.1987.
5. Ofício APENOPE n. 154 ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, 15.10.1987.
6. “Diálogo susta a greve dos servidores estaduais”. Diário de Pernambuco, 7.3.1987:CIDADE.
7. “Comando de professores: Arraes engana servidores”. Diário de Pernambuco, 8.3.1988, A-10.
8. “Arraes X Professores: um debate marca a greve”. Diário de Pernambuco, 17.4.1988: A-5.
9. “APENOPE entrega pauta a Arraes”. Folha de Pernambuco, 12.10.1989.
10. “APENOPE começa campanha salarial de 89”. Diário de Pernambuco, 19.2.1989: A-19.

Maria Cristina Hennes Sampaio is a Doctor in Linguistics (USP-SP) and professor of the Languages Dept. of UFPE. She is also a member of the research groups “Ergonomy, products usability, systems and production” (UFPE) and “Atelier Language Activity/Work Activity (PUC/SP). Her studies and publications are in the fields of “language, education and society” and “language and work”.